

Uma abordagem imparcial para os criptoativos

[Christine Lagarde](#)

16 de abril de 2018



As empresas da área da saúde estão estudando maneiras de usar a tecnologia por trás dos criptoativos para manter dados médicos confidenciais (BSIphotos/Newscom).

A vertiginosa flutuação dos criptoativos, como o Bitcoin, suscita comparações com a mania das tulipas que varreu a Holanda no século XVII e a recente bolha da internet. Com mais de 1600 criptoativos em circulação, parece inevitável que muitos não vão sobreviver ao processo de destruição criativa.

No [meu blog do mês passado](#), examinei o lado escuro dos criptoativos, inclusive a possibilidade do seu uso para a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo. Neste, quero tratar do seu lado promissor. Se lançarmos um olhar criterioso sobre os criptoativos, veremos que não há motivo nem para condenação nem para euforia.

Assim como algumas tecnologias que surgiram na era da internet transformaram nossas vidas, os criptoativos que vierem a sobreviver podem ter um impacto significativo sobre a maneira como poupamos, investimos e pagamos nossas contas.

É por isso que as autoridades devem manter a mente aberta e trabalhar para o estabelecimento de uma estrutura regulatória imparcial que minimize os riscos e, ao mesmo tempo, permita que o processo criativo renda frutos. Esse foi um dos pontos que ressaltai em um [discurso](#) no Banco da Inglaterra no ano passado.

Quais são alguns dos possíveis benefícios? As respostas já estão começando a tomar forma.

Rápido e barato

- Os criptoativos permitem transações financeiras rápidas e baratas, além de oferecer algumas das conveniências do dinheiro vivo. Alguns serviços de pagamento agora fazem transferências internacionais em questão de horas, não mais de dias. Se os criptoativos emitidos por entes privados permanecerem arriscados e instáveis, pode surgir uma demanda para que os **bancos centrais** forneçam formas de dinheiro digital, uma ideia que iremos explorar no próximo [Global Financial Stability Report](#).
- A tecnologia subjacente dos criptoativos, chamada tecnologia de registro distribuído (DLT, na sigla em inglês), poderia ajudar os mercados financeiros a funcionar com mais eficiência. Os “contratos inteligentes” autoexecutáveis e autoaplicáveis poderiam eliminar a necessidade de alguns intermediários. A Bolsa de Valores Mobiliários da Austrália já indicou que tem planos de usar a DLT para administrar a [compensação e liquidação das transações com ações](#).
- O armazenamento seguro de registros importantes é outro uso promissor para a DLT. As empresas da área da saúde estão estudando como usar a tecnologia para manter dados médicos confidenciais e, ao mesmo tempo, permitir o acesso de seguradoras e outros usuários autorizados.
- Nas economias em desenvolvimento, tais avanços podem ajudar a proteger os direitos de propriedade, aumentar a confiança do mercado e promover investimentos. Em Gana, onde a propriedade de imóveis costuma ser objeto de disputas, uma plataforma baseada na DLT chamada [Bitland](#) promete ajudar a resolver o problema, registrando com segurança as vendas de terras.

Mais equilíbrio

Na minha opinião, a revolução fintech não eliminará a necessidade de intermediários confiáveis, como corretoras e bancos. Contudo, há esperança de que aplicações descentralizadas estimuladas pelos criptoativos resultem em uma diversificação do cenário financeiro, com mais equilíbrio entre prestadores de serviços centralizados e descentralizados, e um ecossistema financeiro mais eficiente e talvez mais robusto para resistir a ameaças.

Quais são as implicações para a estabilidade financeira? Nossa avaliação preliminar é que, dada a sua presença ainda pequena e os vínculos limitados com o restante do

sistema financeiro, os criptoativos não representam um risco imediato. Ainda assim, os reguladores devem se manter vigilantes: os criptoativos têm potencial para ampliar os riscos de negociações altamente alavancadas e para aumentar a transmissão de choques econômicos caso se tornem mais integrados aos produtos financeiros tradicionais.

Além disso, os bancos e outras instituições financeiras enfrentarão desafios aos seus modelos de negócio caso haja uma migração em grande escala das moedas emitidas pelo governo para os criptoativos. Pode ser mais difícil para os reguladores garantir a estabilidade de um sistema financeiro mais difuso e descentralizado. Os bancos centrais, por sua vez, talvez tenham mais dificuldade em atuar como prestamista de última instância no caso de uma crise.

Uma abordagem imparcial

Antes que os criptoativos consigam transformar a atividade financeira de forma significativa e duradoura, precisam conquistar a confiança e o apoio dos consumidores e das autoridades. Um primeiro passo importante será chegar a um consenso dentro da comunidade regulatória mundial sobre o papel que os criptoativos devem desempenhar. Como esses ativos ultrapassam as fronteiras, a cooperação internacional será essencial.

O FMI, com 189 países membros, pode exercer uma função fundamental nesse ponto, ao oferecer assessoria e servir como fórum de discussão e colaboração para o desenvolvimento de uma abordagem regulatória uniforme e coerente.

Para isso, precisamos acompanhar de perto a rápida evolução dos mercados e das tecnologias. Precisamos agir sem demora para eliminar as lacunas de conhecimento que inibem o monitoramento eficaz dos criptoativos. Deve haver uma avaliação dos riscos sistêmicos e respostas de política oportunas, bem como medidas para proteger os consumidores, os investidores e a integridade do mercado.

É vital entender os riscos que os criptoativos podem representar para a estabilidade financeira se quisermos distinguir entre as ameaças reais e os temores desnecessários. É por isso que precisamos de uma agenda regulatória imparcial que proteja contra os riscos sem desestimular a inovação.

Uma abordagem clara pode nos ajudar a aproveitar os ganhos e evitar as armadilhas do novo cenário dos criptoativos.



Christine Lagarde é Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional. Após cumprir seu primeiro mandato de cinco anos, foi renomeada para um segundo mandato em julho de 2016. Cidadã francesa, foi Ministra das Finanças da França de junho de 2007 a julho de 2011, tendo servido também como Ministra de Estado de Comércio Exterior por dois anos.

Christine Lagarde teve uma extensa e notável carreira como advogada especializada em direito concorrencial e trabalhista. Foi sócia do escritório de advocacia internacional Baker & McKenzie, do qual foi eleita presidente em outubro de 1999. Ocupou o cargo máximo do escritório até junho de 2005, quando foi indicada para sua primeira pasta ministerial na França. É formada pelo Instituto de Ciências Políticas (IEP) e pela Faculdade de Direito da Universidade Paris X, onde lecionou antes de ingressar no Baker & McKenzie em 1981.